



DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 5/14, a fls. 167 e 167 verso do Livro n.º 2 das Instituições com Fins de Saúde e considera-se efetuado em 28/12/2012 nos termos do n.º 2 do artigo 9º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

NIF – 509 521 452

Sede – Universidade de Aveiro, Pavilhão 1, Campus Universitário de Santiago - Aveiro

Fins – A promoção da saúde e a prevenção da doença, o desenvolvimento psicossocio-educativo dos indivíduos, bem como intervenções para a promoção da igualdade de género, prevenção e combate à violência de género, com ação no território nacional, e ainda, em países em vias de desenvolvimento ou vítimas de catástrofes políticas e naturais, com especial incidência nos países de língua oficial portuguesa.

Admissão de sócios – Podem ser associados da Associação todas as pessoas coletivas ou singulares que, empenhadas no objeto social desta Associação, sejam admitidas nos termos destes Estatutos.

Exclusão de sócios – Perdem a qualidade de associados aqueles que: Solicitem a sua desvinculação à Direção, por escrito, com a antecedência que não ponha em causa o normal funcionamento da Associação; Deixem de pagar as suas quotas por período a definir em Regulamento Interno; Deixem de cumprir cabalmente as funções que lhes são atribuídas no contato com o público; Faltem ao cumprimento dos deveres estatutários, regulamentares e contratuais ou desrespeitem injustificadamente as deliberações legitimamente tomadas pelos órgãos sociais da Associação; Pela sua conduta contribuam ou concorram para o descrédito ou desprestígio da Associação ou atentarem contra os interesses desta; Sejam interditos, comprovadamente incapacitados, falidos, insolventes ou dissolvidos.

Direção-Geral da Segurança Social, em

03 DEZ. 2014

Pelo Diretor-Geral

Rui Santos
(Chefe de Divisão)

EC